



# CAMINHOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO DAS DESIGUALDADES CONTEMPORÂNEAS

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a situação da educação brasileira na atualidade, percebendo as influências históricas que contribuíram para formatação dual e excludente que se apresenta na nossa estrutura educacional. Compreendemos que é pelo entendimento sistematizado e processual da formação diante da estrutura educativa no país que poderemos superar problemas, elaborar propostas e pensar em uma educação menos excludente e de qualidade. Aprender com a história da educação pode nos proporcionar o caminhar em novas trilhas. Nesse sentido, buscamos traçar um panorama histórico da educação no Brasil e suas principais demandas oficiais, destacando os principais interesses dos setores dominantes, que manipulavam o formato e execução das políticas educacionais em cada tempo histórico. Partimos de uma revisão bibliográfica utilizando autores que vêm pesquisando história da educação no Brasil e compilando as principais informações acerca das propostas oficiais de ensino. Contribuíram com o trabalho autores como Saviani (2018); Silva (2017); Boutin (2015); Germano (2008), entre outros.

**Palavras-chave:** História da Educação; Ensino Dualista; Propostas Educacionais.

Israel Soares de Sousa [\*]

Raquel Leão de Bastos [\*\*]

Severino Bezerra da Silva [\*\*\*]

[\*] Doutor em Educação – CFP/UFCG –  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9748-3699> - e-mail: [israelhistoria@gmail.com](mailto:israelhistoria@gmail.com)

[\*\*] Graduada em História – Mestranda no  
Programa de Pós-Graduação em  
Educação/UFPB – ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0002-9458-3862> - e-  
mail: [leaodebastos@gmail.com](mailto:leaodebastos@gmail.com)

[\*\*\*] Doutorado em Ciências Sociais pela  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
- Professor titular da UFPB – ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0002-3062-6640> - e-  
mail: [severinobsilva@uol.com.br](mailto:severinobsilva@uol.com.br)



## 1. Iniciando a conversa

O Brasil tem em sua história oficial educacional uma caminhada de quase cinco séculos e, nesse percurso, várias tentativas de mudança se interlaçaram a partir de projetos de sociedade. Ao longo da história, percebemos nas propostas de políticas educacionais, um dualismo na formação dos indivíduos: de um lado uma educação para formação intelectual, na qual o cidadão seja emancipado politicamente, culturalmente, socialmente, economicamente; de outro, uma proposta que valoriza a produção de mão de obra, formando os indivíduos para o mercado de trabalho, sendo assim observada uma distinção alicerçada na divisão social de classes.

O presente estudo busca sistematizar discussões a respeito da História da Educação Brasileira, a partir de um recorte histórico que vai do Brasil Colonial até a contemporaneidade, observando as alterações nas Leis e Decretos direcionados às políticas de educação. Buscamos observar como essas políticas foram implantadas no seu tempo histórico, tentando vislumbrar porque, na atualidade, ainda vivenciamos tantas desigualdades na oferta educacional do país.

A decisão de direcionar o artigo para essa linha de pensamento, se deu pela nossa inquietação a respeito da construção do Sistema Educacional brasileiro, pois diante de tamanha desigualdade presente no contexto das escolas, surgiu a inquietação de observarmos, ao longo da história, as transformações e permanências das nossas políticas educativas, acreditando que não seja um problema restrito do nosso tempo, mas que precisa ser observado historicamente na sociedade a partir de suas configurações políticas, culturais, legais e econômicas, um caminho necessário para uma visão mais apurada do presente.

Vivemos atualmente uma crise científica, agravada por um governo negacionista que não tem interesse em investir em ciência, educação e tecnologia, afetando toda a sociedade, em diversos aspectos. Porém, dentre eles, destacamos a educação, pois é o nosso tema em questão. Essa crise veio acentuar e mostrar de forma impactante como as condições e acesso à educação são desiguais no país.



## **2. Novos diálogos e outros sujeitos na história da educação: ampliando as possibilidades de investigações**

No processo de formação da historiografia contemporânea e, conseqüentemente nas propostas de estudos da história da educação, algumas importantes considerações devem ser pontuadas, dentre elas a relação estreita entre a Sociologia e a História, abordada na discussão proposta no artigo de Chaves (2014, p. 97), quando ela afirma que “a crise das ciências sociais, proporcionou novas abordagens teórico-metodológicas” não só para a sociologia, mas para outros campos científicos também, principalmente da História. Seu trabalho tem como objetivo:

[...] compreender de que maneira essa influência auxilia na produção de uma História da Educação mais encarnada e menos abstrata, ou seja, mais composta pelos indivíduos ou grupos de indivíduos responsáveis pela produção do cotidiano escolar. Por último, procura mostrar como alguns trabalhos no interior da História da Educação já se encontram influenciados por essa perspectiva, permitindo, inclusive, uma inovação teórica. (CHAVES, 2014, p.97).

Para investigarmos a situação atual de uma forma mais ampla, o olhar para a história precisa passar por uma reformulação de observação, valorizando a história dos sujeitos que até então não era visibilizada, afetando diretamente as pesquisas no interior da História da Educação, propondo novos desafios e construindo um novo entendimento sobre a instituição escolar, trazendo à tona os sujeitos como parte da construção social e do processo histórico. Assim, procura-se entender como essa Educação tem enfrentado essas questões, dialogando com a Sociologia e construindo novas propostas explicativas. De acordo com Chaves (2014):

Se a História e a Sociologia fornecem novos rumos para as pesquisas educacionais, as discussões no âmbito dessas mesmas ciências com certeza também suscitam algum tipo de questionamento no interior da História da Educação. (CHAVES, 2014, p.96).



Observa-se na relação entre as duas ciências, o quanto elas dialogam, e como suas interações influenciam diretamente na História da Educação. É preciso um sólido embasamento nas ciências sociais para uma pesquisa consistente e profícua, que responda às demandas sociais educacionais. No campo da História, a fundação da Escola dos Annales, no início do século XX, promoveu um novo olhar para a história dos sujeitos. Os historiadores perceberam a necessidade de dialogar com outros campos de conhecimento, reconfigurando a forma de olhar ao passado, permitindo que a História se afastasse do positivismo e dialogasse com a Sociologia, a fim de superar suas maiores dificuldades. Sobre essa ideia, Chaves (2014) entende que:

A Sociologia, nesse caso, teria, assim, cooperado com a História, permitindo que suas análises fossem além do aspecto político e se ligassem às questões econômicas, sociais e culturais da sociedade, alcançando, assim, uma interpretação mais integral da realidade social. (CHAVES, 2014, p.98).

A reconfiguração da História foi capaz de ouvir outros sujeitos, que muito tempo ficaram a margem da sociedade, eles passaram a ser visibilizados como parte integrante e ativa dela, pois, entre outros diálogos, é nessa relação com a Sociologia e seus percursos investigativos, ampliando ou melhor, alargando os olhares sobre a realidade social e seus processos, para além do Estado e dos documentos oficiais. Entendendo-se que a História da Educação, precisa da História e da Sociologia para desenvolver-se e tornar-se um campo mais fértil de investigações.

Com esse olhar histórico-sociológico, a História da Educação no Brasil, foi sendo estudada na disciplina de Educação Brasileira, incluindo assim, outros sujeitos, frente aos referenciados como heróis, consideram-se os segmentos sociais silenciados e invisibilizados. O início do processo educacional formal no Brasil se deu no período colonial. Com a necessidade de proteger esse novo território da invasão de outros países europeus, os portugueses iniciaram um intenso processo de colonização a partir de ações pontuais. Observamos o Tratado de Tordesilhas, que dividiu a América do Sul entre espanhóis e portugueses, além da política dos Governadores Gerais. A estreita relação entre a Igreja



Católica e a Coroa Portuguesa, permitiu a vinda de ordens religiosas no processo exploração da colônia e legitimação dos ideais de conquista.

A chegada dos primeiros jesuítas é datada de 1549, se estendendo por dois séculos, suficientes para influenciar o processo educacional brasileiro até os dias atuais. Formados pela Companhia de Jesus (Fundada pelo padre Inácio de Loyola, em 1534), os inicianos tinham uma orientação militar, missionária e instrutiva. Assim, de acordo com Silva e Amorim (2017):

[...] Enquanto a atuação da Ordem na Europa estava voltada para o combate à expansão do protestantismo, no Brasil, voltou-se para a educação dos povos silvícolas por intermédio da catequese e no estabelecimento de aldeamentos para ocupação do território. (SILVA E AMORIM, 2017, p.187).

No Brasil, o foco dos jesuítas esteve voltado para a formação evangelizadora, que possuía dupla função – a conversão e a defesa dos indígenas, algo bem contraditório, pois defendiam a escravização dos povos africanos. A influência da Companhia de Jesus sobre a coroa portuguesa, permitiu o seu acesso ao processo de colonização nas novas terras. Percebe-se na sua atuação pedagógica uma distinta classificação social, quando na fala de Silva e Amorim (2017), eles discutem:

A atuação pedagógica dos jesuítas influenciou o modo de educar os indivíduos na colônia segundo as suas posições sociais. Isso levou a níveis distintos de instrução: para os índios, os rudimentos da língua e os ofícios/ para os brancos libertos, os rudimentos da escrita, da leitura e os ofícios/ para as classes abastadas, os ensinamentos superiores que garantiriam a manutenção da estrutura de poder; já para os escravos africanos e alforriados, os ofícios. (SILVA E AMORIM, 2017, p.187).

Podemos então perceber que a distinção social na Educação Brasileira, vem desde as primeiras formas de organizações do ensino pós conquista, o período colonial, é só a primeira fase nesse processo, na qual podemos observar como as diferenças sociais marcam profundamente as orientações das formações, uma distinção que desconsidera os indivíduos menos favorecidos, ou seja, uma educação classificatória. Existem três pontos fundamentais na Educação Colonial “inculturação da tradição e dos costumes; a instrução intelectual em sua dimensão formal-instrumental e concreta; aprendizagens de ofícios (et.al. MANACORDA, Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 3, p. 1-21, e-rte313202205, set./dez., 2022



1989). Além de expropriados, os povos originários foram obrigados a abandonar sua organização educacional, mais difusa e igualitária, que buscava formar o curumim para a vida em comunidade. A troca se deu por uma educação catequizadora cristã, em um processo de aculturação dos povos indígenas, com atuação marcada pelo plano de instrução, a partir da ação de forma centrada nas crianças indígenas.

Várias estratégias foram utilizadas pelos jesuítas para chamar a atenção dos povos originários nas instruções educativas, dentre eles podemos destacar a catequese, as alegorias e as encenações teatrais. Nos teatros, por exemplo, eram explorados temas religiosos, uma forma de doutrinação e alienação à religião católica. As práticas educativas jesuíticas, eram guiadas por três documentos norteadores de acordo com Silva e Amorim (2017):

[...] Exercícios Espirituais; as Constituições da Companhia de Jesus escrita pelo padre Inácio de Loyola; e a *Ratio Atque institutio Studiorum societatis Iesu*, comumente chamada de *Ratio Studiorum*. A instrução dos gentios e das crianças esteve pautada nos ensinamentos veiculados através desses documentos, em especial Exercícios Espirituais e o *Ratio Studiorum*, que estabeleceram a base de modo educativo dos inicianos. (SILVA e AMORIM, 2017, p. 190).

Os exercícios espirituais tinham a pretensão de fortalecer as dimensões espirituais dos indivíduos, organizados por Inácio de Loyola, que tinha a ideia de uma formação para além dos aspectos educativos, abarcando também os da alma. Já o *Ratio Studiorum*, eram instruções elaboradas pela Companhia de Jesus, sob orientação de Loyola, para organizar as atividades dos jesuítas e suas funções educativas, necessárias para o sucesso da missão catequética e evangelizadora no Brasil.

O fim da presença jesuíta na colônia brasileira se deu em 1759, ao menos em um primeiro momento; quando o marquês de Pombal, com um projeto audacioso de desenvolvimento econômico e administrativo da máquina estatal, tenta dar progresso ao plano de modernização da intelectualidade portuguesa e para isso, no seu entender, os jesuítas deveriam ser expulsos da colônia. Esse processo não foi tão fácil assim, pois eles eram a maioria dos profissionais na área da educação do país e sem sua presença o Brasil passou por sérias dificuldades para formar educadores capazes de atender às demandas. Além disso, a Igreja Católica sempre manteve suas influências em relação à educação no país.





As reformas empreendidas por Pombal, serviram de manutenção das antigas estruturas e em meio a todas as dificuldades, instituiu-se o ensino público na colônia, agora sob a responsabilidade do Estado, porém, ao invés das reformas pombalinas colocarem Portugal em um lugar de destaque como uma nação moderna e competitiva, como Silva (2015) destaca, ele acabou “acentuando uma educação para aqueles que seriam servidos e outra para aqueles que, tão somente, seriam os ‘servos’”.

Para entendermos como o processo educacional se transformou, a partir de suas relações com os projetos econômicos, do período colonial, passando pelo império e chegando até a República; é importante ressaltar os projetos pretendidos de sociedade, de acordo com Silva (2015), formataram a educação sob três aspectos:

[...] a abordagem será feita sob três aspectos, por se entender como a lógica perversa que dominou e ainda domina os caminhos da educação no Brasil, são eles: I) a educação para a submissão; II) a educação para o lucro; III) a educação para a dominação (SILVA, 2015, p.14286).

Historicamente, temos experimentado uma educação excludente, marcada por uma forte dominação dos grupos sociais mais abastados de cada período, em que a manutenção de sua permanência no poder, significou uma educação reprodutivista do sistema dominante. Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, devido ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte a Portugal, o Brasil foi elevado à categoria de Reino, o que abriu as portas para nova fase política do país, instituída em 1822, conhecida como Império. A Coroa trouxe para a colônia brasileira, cerca de 15 mil pessoas que viviam às custas da monarquia, assim a educação nesse período sofreu um certo impulso, pois a corte precisou fornecer a essas pessoas, incentivos à cultura, à arte e à educação, já que o território brasileiro se transformou na sede do reino de Portugal.

Apesar do impulso proporcionado por D. João VI, o processo educacional sofreu retrocesso com a volta da família real para Portugal. Dentre essas políticas, Silva (2015) destaca acerca do Ato Adicional de 1834 que “quando o governo passa para às províncias a responsabilidade do sistema de educação vigente” alegando falta de recursos, os governos provincianos não investem na educação, gerando grandes diferenciações entre as províncias com relação aos níveis quantitativos e qualitativos educacionais. As causas dessa situação



para Silva (2015) “são os reflexos da política regional atrasada e sem compromisso com o pensamento republicano que agravou as condições então precárias da educação no Brasil”. Fatores que, associados à disputa pelo domínio econômico, político, social e cultural das elites dominantes, contribuíram para a Proclamação da República.

A primeira República, datada de 1889 até 1930, é marcada por disputas pelo poder das classes produtoras rurais. Nesse contexto, destacamos os dois grandes blocos econômicos: São Paulo e Minas Gerais. Nesse período, tivemos estabelecidas reformas educacionais importantes no Brasil, dentre elas podemos destacar: Reforma de Benjamin Constant (1890); Código Eptácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925).

Com a reforma de Benjamin Constant, de acordo com Filho (2005), os princípios orientadores regulares foram voltados para a liberdade e a laicidade, além do ensino gratuito da escola primária, que seria estruturada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos. A escola secundária com duração de 7 anos e o ensino superior reestruturado em politécnico, de direito, e medicina e militar. É destacado um alargamento ao acesso no Ensino Superior e a validação das instituições privadas que trabalhavam com escolas superiores também. Além de alguns decretos de regulamentação no Ensino Superior o plano propôs mudanças ao currículo do ensino secundário com estruturação de sete anos, estabeleceu uma série de novos conteúdos que, na prática, se tornaram inviáveis aos estudantes, devido a sua extensão, assim no primeiro ano de execução os próprios alunos protestaram pedindo sua anulação.

Já o Código Eptácio Pessoa, de 1901, acentuou a parte literária do currículo do ensino secundário e diminuiu para seis anos essa etapa, assumiu que o ensino secundário seria um preparatório para o ingresso nas Faculdades, nesse sentido:

[...] fracassou a tentativa de dar ao ensino secundário um sentido próprio, uma vez que o mesmo continuará funcionando como um curso preparatório ao ensino superior. A equiparação ao Colégio Pedro II de todas as escolas do país que ministrassem ensino secundário e a consequente fiscalização federal não alcança o objetivo de torná-lo um ensino com um fim em si mesmo, uma vez que os educandos continuam a vê-lo apenas como um degrau de preparação imediata ao exame de habilitação ao ensino superior. (et.al. SILVA, op.cit., p.263).





Mais uma vez, um plano educacional fracassado, sendo então revogado parcialmente em 1915, pelo ministro do Interior Carlos Maximiliano, que implementou uma outra forma educacional. De acordo com Palma Filho (2005), talvez essa norma tenha sido a mais inteligente, pois focou no ensino preparatório da educação secundária e conservou a Lei Rivadávia, o exame de admissão às escolas superiores; do Código Epitácio Pessoa, manteve o formato do ensino seriado e a redução do currículo; da Reforma Benjamin Constant, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais; e da relativamente longa experiência do ensino secundário brasileiro, os exames preparatórios. Ainda foi responsável pela criação da primeira Universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, do agrupamento em uma única instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito.

A Reforma de João Luiz Alves/Rocha Vaz de 1925, foi uma continuação da lei anterior e preparou o terreno para um ensino secundário seriado, dando um caráter de ensino regular, se consolidando em 1930, no governo de Getúlio Vargas. O ensino secundário foi formatado com duração de seis anos, sendo o último ano um curso de Filosofia, seu objetivo, de acordo com o documento oficial, era fornecer preparo para a vida. Nesse período, a legislação educacional se tornou letra morta, as realidades nas escolas eram de falta de investimento e precariedade, além da falta de formação de professores. Esse cenário reforçou o abismo no acesso à educação no país, de um lado a elite que podia investir na escolarização dos filhos e, do outro, uma massa populacional que aprendia o mínimo para assumir os espaços de trabalho que começavam a se formar nas cidades centrais.

O ensino primário na primeira República, praticamente se manteve ao proposto no Ato Adicional criado em 1834, de acordo com a observação de Palma Filho (2005), apenas os estados da federação em melhores condições econômicas realizavam algumas transformações substanciais no ensino primário. A proposta para esse ensino era: 1. Jardim de Infância (4 a 6 anos); 2. Escola de 1º grau-primário (7 a 10 anos); Escola de 2º grau (11 a 14 anos) e Escola de 3º grau (15 s 18 anos). A partir de 1893, o ensino primário, gratuito e leigo, estruturado em dois níveis: o preliminar e o complementar, sendo obrigatório apenas o primeiro dos 7 aos 15 anos e facultativo até os 16.



As influências da Escola Nova começam a ser notadas no Brasil, a partir da década de 1920, mas só foram amplamente consolidadas em 1932, no governo de Vargas. O presidente assumiu o poder após o golpe de 1930 e sua ascensão representa o marco inicial da segunda República, estendendo-se até a terceira República. A Era Vargas é dividida em: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. Período marcado pela criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, a criação das leis trabalhistas e do Ministério da Educação e da Saúde, em novembro de 1930. A criação do Ministério da Educação e da Saúde, proporcionou alterações na educação e durante a segunda República de Vargas foi implementada uma série de decretos, denominados de Reforma Francisco Campos. Saviani (2008) destaca algumas: a) Decreto n. 19.850, criando o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto n. 19.851, organização do ensino superior; c) Decreto n.19.890, organização do ensino secundarista; d) Decreto n. 19.941, instituição do ensino religioso no ensino público e e) Decreto n. 20.158, organização e regulamentação do ensino comercial.

O governo de Vargas objetivava formar uma elite mais bem capacitada intelectualmente (et. al. FAUSTO, 2001, p. 1880), bem como preparar educacionalmente a classe mais pobre para o mercado de trabalho. Para isso, de acordo com Boutin e Silva (2015):

[...] e através da educação, isso seria possível, já que neste contexto histórico há o descomprometimento por parte de Estado, com um ensino de qualidade, destinado para a classe trabalhadora, que possibilitasse que os mesmos se vislumbrassem como sujeitos históricos capazes de transformar o meio sobre o qual estavam inseridos. (BOUTIN e SILVA, 2015, p. 4491).

Percebe-se então uma formação dualista, ou seja, uma direcionada para uma educação científica/acadêmica e uma outra para o mercado de trabalho, com o objetivo de formar mão de obra para o mundo industrializado que surgia, tardiamente, no país. Após o Golpe de Estado de 1937, Getúlio Vargas, implantou o Estado Novo e se utilizou da educação como um mecanismo para a legitimação dos ideais de uma única classe social e de um sistema econômico. Essas reformas educacionais fortaleciam a ampliação do sistema capitalista, conforme demonstram os direcionamentos das chamadas “leis orgânicas do ensino”, de 1942, na gestão de Gustavo Capanema como ministro da Educação: a) Lei Orgânica do ensino Industrial, criada a partir do decreto lei n. 4.073 datada de 30 de janeiro de 1942.4494; a)

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 3, p. 1-21, e-rte313202205, set./dez., 2022**



Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a partir do decreto de lei n. 4.048 de 22 de janeiro de 1942; c) Reforma da Legislação para o ensino secundário, com o decreto de lei n. 4.244 de 09 de abril de 1942; d) Elaboração da lei orgânica para o ensino comercial, a partir do decreto lei n. 6. 141 de 28 de dezembro de 1943.

Com o fim do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra é o próximo presidente e em seu governo se estabeleceu uma nova Constituição Federal, a de 1946, e com ela, no artigo 168 novos direcionamentos para a educação: I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável; VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade.

As novas medidas não representaram mudanças significativas, pois representam uma continuidade do modelo anterior e, mais uma vez, a configuração do sistema educacional é organizado no sentido de propor aos mais pobres o papel de ocupar o mercado de trabalho nas indústrias, a formação de cursos mais técnicos e às camadas mais abastadas, fica o acesso às formações mais humanistas e intelectualizadas, no sentido de assumirem sua função social de gestão, administração e comando do país. Após um breve período democrático na política nacional e de um grande movimento de efervescência de movimentos culturais e educacionais gestados no meio popular, em 1964, o país sofre um novo golpe nas estruturas democráticas e os direitos e liberdades dos civis passam a ser combatidos. Os militares estabelecem uma política ditadora, de censuras, falta de liberdade, perseguição e violência. E mais uma vez, a educação passou por reestruturação e foi eminentemente controlada pelo governo militar, por vê-la como uma ameaça à ordem. Todos os níveis de ensino sofreram perseguições e modificações, de acordo com Germano (2008) “isso fica muito evidente na área da educação,



um dos setores mais visados e mais atingidos pela repressão pós-1964”, além das duras repressões, muitas pessoas dessas áreas foram expulsas do país. Assim Germano (2008) diz:

[...] Desse modo, muitos estudantes, professores e cientistas proeminentes, a exemplo de Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Leio Lopes, Mário Schemberg e tantos outros exilados e assim por diante. Até mesmo uma polícia política universitária foi criada com o nome de Assessoria de Segurança e Informações (ASI). (GERMANO, 2008, p.322).

Um forte movimento de repressão recaiu sobre as Universidade e a cultura popular. A Educação Popular, como um forte movimento de democratização da sociedade, da defesa das reformas de base, foi duramente reprimida por esse sistema, porém de acordo com Germano (2008, p. 322), “sua história permanece indelével no imaginário social da cidade”.

Para supressão do discurso reformista democratizante, foi elaborado outro com base na doutrina de segurança nacional, na disciplina e na ordem, isso pode ser observado no ensino de Educação Moral e Cívica, implantado pelo Decreto-lei n.869/1969. Assim, Germano (2008, p. 323) afirma que “o objetivo era a inculcação, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições”, ou seja, a alienação seria realizada no processo educacional.

A reforma educacional do governo militar teve início pelas Universidades com a Lei n. 5.540/68, sem nenhuma discussão com a comunidade acadêmica, logo após 15 dias foi decretado o AI-5, o ato mais duro da ditadura, em 1969, publicou o Decreto-Lei n. 477. Essas Leis permitiram que os movimentos estudantis fossem perseguidos pelo governo militar, que reprimiu qualquer forma de contestação ao regime. A educação básica também sofreu reformas. O ensino técnico teve grande valorização, como afirma Germano (2008):

[...] Nessa perspectiva, a ideia de universidade operacional ganha relevo, uma universidade mais voltada à técnica e à ciência instrumental, pouco afeita ao pensamento. Na verdade, não há lugar para o pensamento crítico, pois se trata de uma instituição produtivista e autoritária, orientada para o mercado de trabalho e dotada de uma estrutura excessivamente burocrática e tecnicista, já que predominava o discurso da eficiência da empresa capitalista. (GERMANO, 2008, p. 327-328).

Um ensino que priorizava a técnica em detrimento do pensar crítico. O objetivo era formar para o trabalho, pois o sujeito valorizado deveria ser visto como eficiente. O ensino



primário e o ensino médio sofreram reformas a partir da Lei n. 5.692/71. Como conquista para o ensino do 1º grau houve a ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos, quanto ao ensino de 2º grau, foi orientada uma formação para o mercado de trabalho, pela obrigatoriedade da profissionalização. Essa proposta, mais uma vez, expropria os estudantes das camadas populares do acesso às universidades, uma vez que a grande maioria dos jovens trabalhadores ficaria impedida por ter que acessar o mercado de trabalho técnico, os filhos das elites podiam, de alguma maneira, implementar seu segundo grau e conseguir acesso aos cursos das universidades públicas, uma realidade que demoraria a mudar no Brasil. A crise da Ditadura Militar se inicia na década de 1970, mas só em 1985 o governo dos generais tem seu fim, mediante muitas mobilizações da sociedade civil pela democracia e as eleições diretas, já; quando se iniciou um novo período no Brasil, conhecido como a fase de redemocratização.

A educação, mais uma vez, passou por uma série de mudanças e o que se percebe ao longo da sua historização é a continuidade de um ensino dualista por parte do Estado, porém, isso não descarta que existem vários movimentos contestatórios dessa proposta e a implementação de experiências de educação contra hegemônicas mais críticas e democráticas, seja nos diversos movimentos sociais, seja a partir de organizações não governamentais ou de trabalhadores organizados, mesmo com repressão, a educação também se fez resistência no país. Em 1980, educadores organizaram a série das Conferências Brasileiras (CBEs), aprofundando com essa iniciativa, a discussão da política educacional e procurando interferir no seu encaminhamento, o que pode ser aferido pela definição do tema central de cada uma das CBEs: I. CBE, 1980, tema central: A política educacional; II. 1982: Educação Perspectiva na democratização da sociedade; III. 1984: Da crítica às propostas da ação; IV. 1986: A educação e a Constituinte; V. 1988: A lei de diretrizes e bases da educação nacional e VI. 1991: Política Nacional da Educação. De acordo com Saviani (2018), só no governo de Lula, os educadores tornaram-se mais efetivos e conquistaram avanços significativos, como o Sistema Nacional de Educação e do Novo Plano Nacional de Educação.

Nesse processo de redemocratização, Saviani (2018) faz uma breve análise dos Governos Federais e destaca no governo COLLOR-ITAMAR o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e os CIACs (Centros Integrados de Atenção à Criança). Em 1993, no governo de Itamar Franco, destaque para o Plano Decenal “Educação para Todos”, focado no



ensino fundamental com o objetivo de eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Outro importante destaque ainda neste governo, foi o fechamento do Conselho Federal de Educação, por motivos de corrupção e favorecimento às escolas privadas, e criação do Conselho Nacional de Educação, no ministério de Murílio Hingel.

No governo de FHC, Saviani (2018) destaca a regulamentação da CNE em 1995 e a redefinição do MEC, também a realização dos exames nacionais do Ensino Superior, conhecidos como “provão”, que destinou cerca de 300 milhões para melhoria de escolas privadas, novas regras para a escolha de dirigentes universitários com a Lei n. 9.192, avaliação das instituições federais prevista na Lei n. 9.131/95, buscou interferir na nova LDB/96 tentando aprovar uma lei desobrigando a União da manutenção da educação, mas concentrando nela a avaliação, instituiu o Decreto 2.306/97 ao Ensino Superior. No seu último ano de governo, FHC substituiu os decretos anteriores e promulgou o 3.860, que tinha a mesma base neoliberal dos anteriores.

Com relação ao ensino fundamental, seu investimento resultou na criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Separou o ensino médio do ensino-técnico-profissional determinada pelo Decreto nº 2.208/97. O maior impacto da política educacional de FHC, foi para Saviani (2018):

[...] certamente a montagem do sistema nacional de avaliação por meio da Medida Provisória nº 1.568, editada em 14 de fevereiro de 1997 que, aprovada pelo Congresso, converteu-se na Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, transformando o INEP em Autarquia Federal [...] (SAVIANI, 2018, p.298).

Nesse sentido o INEP, perde sua função de fiscalização e fomento à pesquisa para se converter num órgão de avaliação da Educação Brasileira em todos os níveis. Consolidou-se o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), ambos gerenciados pelo INEP. O que podemos sistematizar dessa série de medidas que se iniciam em 1985 são suas configurações de desestatização da educação e premissa das privatizações em todas as esferas. O discurso neoliberal, que prega o atraso do serviço público e a eficácia das instituições privadas, intenta com isso, transferir boa parte de seus recursos públicos às iniciativas particulares, como resultado há um movimento de sucateamento das





instituições públicas do ensino do país, sendo sempre um movimento contestado pela sociedade organizada.

No primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), podemos perceber nova orientação para a responsabilidade da União com a organização da educação nacional, destaque para a Lei n.10.861/06, que criou o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e da Lei n. 11.096/95 que criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos). Importantes Leis que contribuíram para a diminuição das desigualdades de acesso e permanência do ensino superior, que por muitos anos beneficiou majoritariamente a elite do país. O INEP continuou com a função de órgão fiscalizador e o PROUNI se estabelece como inovação e em oposição ao governo de FHC.

Em relação ao Ensino Fundamental, de acordo com a Lei n. 11.114/05, sua duração foi ampliada para 9 anos. No segundo mandato de Lula, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, ampliando sua abrangência para toda educação básica, incluindo a educação infantil (creches e pré-escolas, o ensino médio e a educação de jovens e adultos - EJA), abrangendo os meios urbanos e rurais e as modalidades da educação especial, da educação indígena e quilombola, assim como a educação profissional integrada ao ensino médio. Outra novidade foi a vedação da utilização do salário-educação para suprir necessidades na composição de fundos, ao contrário do que fazia o governo de FHC. Esse segundo mandato se diferencia mais ainda, com a instituição do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”; com o Programa Brasil Alfabetizado; com as ampliações dos IFs, com a instituição do “piso salarial”, formação integrada, visando a superação da dualidade entre educação geral e formação profissional, nesse sentido revertendo o a política de retrocesso em investimentos públicos do Governo de FHC.

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi uma continuação do governo Lula no sentido da valorização a educação, ampliando a LDB para a educação indígena, ensino fundamental e médio, além da defesa civil e ambiental. Destacamos dois pontos em seu governo, um com a Lei n. 12.796/13, além de ajustar a educação nacional ao disposto na Emenda Constitucional, ampliou a educação obrigatória para a faixa etária de 4 aos 17 anos. O segundo ponto, foi a criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino



Técnico e Emprego), instituído pela Lei n. 12.513, tendo como objetivo oferecer cursos de educação profissional e tecnologia para a população, de forma gratuita, para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílio alimentação, auxílio transporte e material escolar. Também implantou o subprograma de Bolsa-Formação com a Bolsa-Estudante e a Bolsa-Trabalhador; expansão da Rede e-Tec Brasil, ampliação das EADs; novos campos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Seu primeiro mandato encerra com a aprovação do PNE/11, porém com o golpe sofrido em seu governo, em 2016, houve um retrocesso no PNE.

O novo molde político, ainda inspirado pelos ideais neoliberais, após derrubar o governo de Dilma, começa a trazer à tona; mesmo com discurso democrático e modernizante, estruturas autoritárias já conhecidas pelo povo brasileiro, o espírito autoritário da ditadura militar. Começou um processo de reforma do ensino médio mediante medida provisória. Os órgãos responsáveis por esse ensino, foram pegos de surpresa com o novo modelo apresentado pelo governo federal. Foi uma medida criticada, pois não obedece aos processos democráticos estabelecidos em lei. Ao invés de ouvir as críticas, o governo lançou agressivas campanhas valorizando o novo modelo de ensino médio, com várias propagandas enganosas indo ao ar em horários nobres, a respeito do novo ensino médio em tempo integral.

E um outro projeto autoritário de grande destaque desse pós-golpe, do governo Temer, foi a “escola sem partido”. De acordo com a discussão levantada por Saviani (2018):

[...] o famigerado projeto “escola sem partido” que, proclamando a neutralidade da educação diante da política, busca estimular o idealismo dos professores fazendo-os acreditar na autonomia da educação em face da política, o que os fará atingir o resultado inverso ao que estão buscando: em lugar de preparar seus alunos para atuar de forma autônoma e crítica na sociedade, estarão formando para ajustá-los à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais são submetidos. [...] (SAVIANI, 2018, p. 303).

Um plano de retrocesso em relação às políticas críticas e transformadoras, construídas no governo anterior, um projeto de reforço das estruturas reprodutivistas do sistema dominante. Um espaço desenvolvido para a manutenção de um projeto burguês de mercado, com o objetivo de formar indivíduos alienados e manipulados pelo sistema e de combater uma educação capaz de instruir cidadãos críticos, autônomos e conscientes da sua posição social. Reforçando nesse sentido uma educação diferenciada, ou seja, uma educação para uma elite

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 3, p. 1-21, e-rte313202205, set./dez., 2022**



dominante e outra para as classes sociais dominadas, sem considerar o grande contingente de analfabetos. O projeto autoritário continua no governo atual com políticas excludentes, perseguidoras, negacionistas, ditadoras e de ataques à democracia. Um momento de tensão e resistência para que direitos conquistados não sejam comprometidos.

### **3. O passado e o presente da Educação Brasileira**

Para entendermos a situação vivida na Educação Brasileira na contemporaneidade, é imprescindível esse movimento panorâmico e histórico realizado, pois do contrário, fica difícil percebermos tamanhas desigualdades nas condições de acesso e permanência na educação pelos segmentos populares. Movimento estabelecido desde sua origem por um sistema de colonização pautado na exploração escravocrata e uma educação dualista, privilegiando as classes dominantes. A partir do entendimento das transformações e permanência da educação no tempo, é possível construir um entendimento do processo atual.

Em um olhar mais amplo sobre a importância do Tempo e da História, a partir do que aponta *Ciro Flamarion Cardoso*, por exemplo, compreende-se que o homem para entender seu tempo presente, precisa entender a história na qual está inserido, pois o indivíduo acometido de amnésia histórica, não possui um entendimento sobre a construção da sua própria identidade. De acordo com *Cardoso (2018)*:

Um dos efeitos da superabundância dos acontecimentos e, mais em geral, do excesso de informação que nos ameaça em nosso presente pode ser o desnorreamento. Para este contribui, também, a noção, insistentemente afirmada nestas últimas décadas, de que o mundo em que vivemos é a tal ponto distinto de tudo que o precedeu, além de transformar-se a um ritmo tão alucinante, que a história se teria tornado irrelevante. Isto traz o risco de uma espécie de amnésia coletiva, voluntária, o que não poderia deixar de assustar os historiadores. (*CARDOSO, 2018, p.4*).

A realidade atual, imersa na globalização e sua consequente aceleração do modo de vida das pessoas, em seus cotidianos e na forma de perceber o mundo, do utilitarismo capitalista, da velocidade de comunicação e locomoção, nos faz olhar para a História com olhar enviesado e com um certo estranhamento; não compreendemos o presente, tampouco



damos importância ao passado, ele se faz distante e desconectado dos nossos interesses, cada vez mais voltados para o agora, sem planos futuros e sem memória, consumimos o hoje.

Por isso, a necessidade de se conhecer a História, por exemplo, os problemas atuais existentes no Brasil, com relação à educação, não são tão atuais assim, ao longo do seu processo de construção educacional observamos várias situações de perseguição, privação de liberdade e de expressão, desvalorização das áreas de humanas em detrimento das áreas de exatas, as desigualdades de acesso e permanência nas escolas, são exemplos que podem nos ensinar na construção de um projeto de educação mais inclusivo e de qualidade. Nesse sentido, se os indivíduos se atentassem a sua própria História, talvez, esses velhos problemas não seriam entendidos como tão novos e distantes assim.

Nossos comportamentos, ações, decisões dependem do que constituímos como memória e quando existe uma amnésia coletiva ou individual, o grande problema é trazer à tona problemas que haviam sido deixados no passado. Muitas sociedades vivem essas situações e estão retomando problemas políticos, sociais, econômicos, religiosos etc., que já deveriam ter sido deixados no passado há muito tempo e jamais trazê-los à tona novamente, um exemplo disso temos o Brasil, um governo com práticas ditatoriais de um governo militar vivido no período da ditadura.

A educação tem sido o alvo de ataques dessa política autoritária, a “escola sem partido”; a tentativa de proibição do tratamento das questões de gênero nas escolas, que homogeniza indivíduos em um todo idealizado pelos padrões sociais conservadores; ou mesmo, a desobrigatoriedade das Ciências Humanas no Ensino Médio, que acentua um processo educativo pragmático e ingênuo, voltado exclusivamente para o trabalho, desconsiderando a integralidade dos educandos. Essas práticas impositoras acentuam os processos de desigualdades, por isso compreendemos ser importante uma educação contextualizado, crítica e problematizante, que, entre outros elementos promovam um processo educacional de igualdade ao acesso e permanência.

Assim como no passado, a educação brasileira permanece com caráter de formação diferenciado, com objetivos de formação divergentes, ou seja, de um lado um modelo de formação integral do sujeito e por outro que forma indivíduos limitados e obedientes, porém, indispensáveis ao sistema autoritário dominante.



#### 4. Considerações Finais

Ao longo da construção do artigo foi possível observar a educação em cada momento histórico. A influência jesuítica no período da colonização e seu desfecho com as Reformas Pombalinas, mas deixando suas marcas no sistema educacional até os dias atuais, com seu modelo tradicional de ensino. O avanço significativo das estruturas educacionais com a vinda da Família Real e alguns retrocessos com seu retorno a Portugal. Uma fase Imperial, marcada por uma série de reformas educacionais até o estabelecimento da República. O período republicano marcado por várias situações, dentre elas a Política dos Coronelistas, a Era Vargas, o Período de Redemocratização, a Ditadura Militar, uma nova fase de Redemocratização até os dias atuais, onde percebemos um longo período de avanços e retrocessos na construção da Educação Brasileira.

Ao estudarmos como se deu a constituição da educação no Brasil, podemos perceber a configuração constante de um processo educacional dualista, marcado pelas forças de uma elite que se mantem no poder desde o início do processo de colonização até o período republicano atual e uma educação para formação de mão de obra para o mercado de trabalho, que absorve parte insignificante das camadas populares. Por um breve momento, houve a tentativa de uma equiparação ao acesso e permanência a educação, nos governos de Lula e Dilma, porém após o golpe no segundo mandato de Dilma e a tomada de governo por um presidente ilegítimo, o Brasil retoma a um projeto de retrocesso na política educacional.

Esse retrocesso marca de forma efetiva uma política educacional de desvalorização ao acesso e permanência igualitária, aos diversos níveis educacionais. Percebemos assim uma formação de desigualdades e de valorização das classes sociais privilegiadas ao longo da construção da História da Educação Brasileira.

#### REFERÊNCIAS:

BOUTIN, Aldimara Catarina B. D. **As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual**. XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba-PR, 2015.

CARDOSO, Ciro F. **Tempo e História**. (s/d). Disponível em:  
**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 3, p. 1-21, e-rte313202205, set./dez., 2022**



<http://pt.scribd.com/doc/36893248/Ciro-Flamarion-Cardoso-Tempo-e-Historia#scribd>.  
Acesso: setembro de 2022.

CARDOSO, Ciro F. Por que os seres humanos agem como agem? **Revista de História**, nº 167, jun./dez. 2012, p. 17-52.

CHAVES, Miriam W. **História da educação escolar e sociologia**: uma relação promissora. **Educação em Revista**, v. 30, n. 02, 2014, p. 95-116.

GERMANO, José Willington. **O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

PALMA FILHO, João C. **A República e a educação no Brasil**: Primeira República (1889-1930). Editora UNESP: São Paulo, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Política Educacional No Brasil após A Ditadura Militar**. Ver. HISTEDBR On-line, Campinas, v. 18, n.2 [76], p. 291-304, abr/jun. 2018.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759) Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017

SILVA, Carlos Daniel da. **Educação Brasileira**: XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba-PR, 2015.

## **HISTORICAL PATHWAYS OF BRAZILIAN EDUCATION: LESSONS FOR UNDERSTANDING CONTEMPORARY INEQUALITIES**

### **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the current situation of Brazilian education, perceiving the historical influences that contributed to the dual and excluding format that is presented in our educational structure. We understand that it is through a more systematic and procedural understanding of the formation of educational structure in the country that we will be able to overcome problems, develop proposals and think about a more just and quality education. Learning from the history of education can allow us to walk on new paths. In that sense, we seek to trace a historical overview of education in Brazil and its main official proposals for organization, highlighting the main interests of groups in **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 3, p. 1-21, e-rte313202205, set./dez., 2022**





power in each historical time. We started from a bibliographic review using authors who have been researching the history of education in Brazil and compiling the main information about the official teaching proposals. In that sense, authors such as Saviani (2018); Silva (2017); Boutin (2015); Germano (2008), among others.

**Keywords:** History of Education; Dualist Teaching; Educational Proposals.

## **CAMINOS HISTÓRICOS DE LA ENSEÑANZA BRASILEÑA: LECCIONES PARA LA COMPRENSIÓN DE LAS DESIGUALDADES CONTEMPORÁNEAS**

### **RESÚMEN**

El reto del presente artículo es el análisis de la situación actual de la educación brasileña y comprensión de las influencias históricas que contribuyeran para la presente configuración dual y excluyente de su estructura educacional. Comprendemos qué por medio del entendimiento sistematizado y procesual de la formación, delante la estructura educativa en el Brasil, podremos superar problemas, elaborar propuestas y pensar en una educación menos excluyente y de calidad. Al conocer la historia de la educación se podrá caminar por nuevas sendas. En este sentido, buscamos trazar un panorama histórico de la educación brasileña y sus principales demandas oficiales en cada tiempo histórico, destacando los intereses de los sectores dominantes responsables por manipular el formato y la ejecución de las políticas educacionales. Empezamos con un estudio bibliográfico de autores que vienen investigando la historia de la educación en Brasil para, así, recompilar las principales informaciones sobre las propuestas de enseñanza. Contribuyeron para este estudio autores como Saviani (2018); Silva (2017); Boutin (2015); Germano (2008), entre otros.

**Palabras clave:** Historia de la Educación; Enseñanza Dualista; Propuestas Educativas.

---

Submetido em: outubro de 2022.

Aprovado em: novembro de 2022.

Publicado em: novembro de 2022.